



O cenário de infraestrutura no Brasil tem se consolidado como uma alternativa cada vez mais atrativa para investimentos privados, incluindo os portfólios dos institucionais. Combinando atributos intrínsecos ao setor, como baixa inadimplência, proteção contra a inflação e geração de caixa consistente, essa classe de ativos ganha ainda mais relevância em um momento particularmente favorável à alocação privada. Em meio a uma nova leva de concessões para fazer frente ao baixíssimo estoque de infraestrutura do país e transformações regulatórias estruturantes, o setor se destaca como uma oportunidade de conciliar retorno financeiro e impacto real.

Empresas de infraestrutura oferecem atributos especialmente valiosos para investidores que buscam consistência no longo prazo. A previsibilidade de geração de caixa, muitas vezes sustentada por contratos de concessão extensos, com tarifas corrigidas pela inflação, oferece uma maior visibilidade sobre os fluxos futuros e protege o retorno real do investimento. Isso se traduz em uma capacidade diferenciada de distribuição de dividendos e resiliência em períodos de maior volatilidade.

A isso se soma a demanda crescente por serviços essenciais como energia, saneamento e mobilidade. Tratando-se de serviços básicos, esses setores tendem a apresentar baixa elasticidade frente a ciclos econômicos, garantindo maior robustez mesmo em cenários desafiadores.

Outro ponto de destaque é a baixa correlação com outras classes tradicionais e essa característica é particularmente relevante para gestores de portfólios institucionais, que buscam diversificação e resiliência nos momentos de maior estresse do mercado.

A atratividade da classe não se limita às suas características intrínsecas. O Brasil vive hoje um novo ciclo de oportunidades em infraestrutura, impulsionado por uma conjunção de fatores:

Déficit estrutural: estima-se que o país invista anualmente cerca de 2% do PIB em infraestrutura, quando o necessário para modernizar e expandir os serviços básicos estaria na ordem de 4% a 5%, segundo estudos da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). A lacuna é evidente em áreas essenciais como saneamento, uma vez que mais de 50% da população não possui acesso a coleta e tratamento de esgoto adequados, e transporte, visto que cerca de 67,5% das rodovias brasileiras são consideradas regulares, ruins ou péssimas.

Avanços regulatórios: a última década foi marcada por uma agenda relevante de modernização regulatória. Novos marcos legais em setores como saneamento, energia e transporte trouxeram maior segurança jurídica, estabilidade contratual e clareza nos mecanismos de remuneração. Os leilões recentes de concessões federais e estaduais têm refletido essa evolução, com ampla participação de investidores nacionais e estrangeiros e uma crescente melhoria nos modelos de estruturação com contribuições relevantes do BNDES e mecanismos multilaterais, como IFC.

Visão convergente de Estado: independentemente dos governos e ciclos políticos, observa-se uma continuidade das iniciativas de concessão ao setor privado, com protagonismo crescente de estados e municípios e uma coordenação mais integrada entre entes federativos. Esse alinhamento amplia o pipeline de projetos e traz previsibilidade para investidores de longo prazo.

As melhorias no ambiente de negócios e no arcabouço regulatório em um país continental e populoso criaram um mercado endereçável de oportunidades de alto retorno em infraestrutura, com margens de segurança consideráveis.

Investir em infraestrutura é, acima de tudo, investir no desenvolvimento do país. Ao financiar projetos em setores estratégicos, o capital privado contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, para a geração de empregos e elevação da produtividade nacional.

O impacto tangível dessas alocações é visível em diferentes frentes: novas estações de tratamento de esgoto melhoram a saúde pública; rodovias duplicadas reduzem custos logísticos e salvam vidas; sistemas de geração e transmissão mais eficientes promovem segurança energética e mitigação das mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, o retorno financeiro segue robusto, com relação risco-retorno atrativa. Em comparação com setores mais sensíveis à volatilidade macroeconômica, como o imobiliário ou o de consumo, ativos de infraestrutura tendem a apresentar maior resiliência e previsibilidade, mesmo em contextos de juros elevados ou desaceleração econômica.

Essa combinação de retorno e impacto é um grande diferencial para os investidores institucionais, que têm responsabilidades fiduciárias de longo prazo e crescente pressão por investimentos sustentáveis. A infraestrutura, nesse sentido, se mostra não apenas como uma classe de ativos eficiente em termos de risco e retorno, mas também como alavanca para a transformação social. Não há nada mais alinhado com aspectos ESG do que investir em infraestrutura.

Para as entidades de previdência complementar, o setor oferece atributos que se alinham perfeitamente ao perfil de passivo e aos objetivos de longo prazo dessas instituições. Além da previsibilidade e da proteção inflacionária, a desconexão com ativos mais voláteis e a resiliência em diferentes cenários econômicos tornam o setor especialmente adequado à diversificação de portfólios previdenciários.

Ao investir em infraestrutura, os investidores institucionais não apenas diversificam suas carteiras e perseguem retornos consistentes, como também participam da construção de um país mais eficiente, competitivo e justo. É a convergência entre retorno e propósito, e entre segurança e transformação.

***Marcela Brito** é sócia e faz parte da equipe de Relações com Investidores da Perfin

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 10.06.2025.